

# **REPRESENTAÇÕES DA ESCOLA PRIMÁRIA E DA CULTURA ESCOLAR NO GRUPO ESCOLAR LEÔNIDAS DE MATOS - MT (1937-1945)**

**Emilene Fontes**

## **Resumo**

O trabalho situa-se no contexto do Ensino Primário em Mato Grosso, particularmente no Grupo Escolar Leônidas de Matos, município de Santo Antonio de Leverger – baixada cuiabana, no período do Estado Novo. Essa temática tem por objetivo, primeiramente, estabelecer um diálogo acerca das apropriações sobre processo de escolarização, política pública, formação da nacionalidade e os espaços de interação entre escola e sociedade com outras pesquisas relacionadas a essa temática, buscando compreender as representações que configuraram o ensino primário e a cultura escolar que circularam em outros Estados e influenciaram, de certo modo, no contexto de Mato Grosso e do grupo escolar Leônidas de Matos.

**Palavras-chave:** Cultura escolar, ensino primário, Estado Novo.

## **Um olhar para história da educação por meio da cultura escolar**

As representações da escolarização do ensino primário apontam para análise de uma cultura escolar moldada por vários contextos interligados entre os interesses do poder público, dos intelectuais, dirigentes de escolas, professores, alunos e da sociedade.

A escola sempre foi espaço de poder. Local de apropriações de saberes, valores, condutas construídos por diversos sujeitos históricos que por sua vez, conseguiram deixar seu legado através do discurso ou da prática.

Assim é a escola de ontem, de hoje e de sempre. A escola que produz transformações e permanências que marcam a vida de gerações mesmo que essas mudanças não representem melhoria na qualidade de vida política, econômica e social para todos.

O desafio que aqui ora apresentamos é visualizar esses contextos e confrontar discurso e prática à medida que as fontes possibilitam esse diálogo.

Em torno do que denominamos representações da escola primária e cultura escolar, focamos no período republicano, na implantação da chamada “escola moderna”, estruturada sob uma arquitetura que se pensava enquanto “Palácios da

Instrução”, estabelecida pela lógica da homogeneidade e simultaneidade no atendimento aos alunos e pelo projeto da formação da nacionalidade, partindo de um estudo local, desenvolvido no contexto do Grupo Escolar Leônidas de Matos no período do Estado Novo (1937-1945).

Esse recorte se justifica pela criação do grupo escolar no município de Santo Antonio de Leverger ter ocorrido em 1932 e sua consolidação nos anos seguintes, bem como, pela própria característica local de agregação das maiores oligarquias matogrossenses que se via na função de adequar o tradicional com o novo.

Foi no cenário de desmantelamento das oligarquias matogrossenses que o grupo escolar Leônidas de Matos entrou para a história educacional de Mato Grosso, entre rumores de percas de poder por parte dos coronéis e a luta pelo fortalecimento do poder central configurada na política do Estado Novo.

O município de Santo Antonio de Leverger tem mais de 100 anos de emancipação política e destacou-se historicamente pela importância econômica em Mato Grosso devido a produção de açúcar e aguardente.

Segundo (CAVALCANTE; RODRIGUES, 1999, P. 67) foi com a abertura da navegação pelo Rio Paraguai, a partir do término da guerra que incentivou-se a produção açucareira e inseriu-se a economia da província de Mato Grosso no circuito nacional e internacional. Uma grande variedade de produtos industrializados passou a entrar na região via estuário do Rio da Prata e aos poucos as máquinas foram substituindo a produção rudimentar. Esse foi o momento em que as usinas açucareiras se instalaram principalmente as margens do Rio Cuiabá, especialmente em Santo Antonio de Leverger, antes denominada Rio Abaixo.

Os coronéis, como eram chamados os proprietários desses latifúndios, se viam como detentores do poder político e econômico e exerciam grande influência em todos os setores da sociedade.

Vozes no silêncio: subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso (1888-1930), obra de Aleixo (1987), diz que o paternalismo na relação de trabalho esteve sempre presente na formação econômica matogrossense. Segundo a autora, foi fundamental para o estabelecimento e fortalecimento dos grupos políticos locais, os quais imprimiram na região características bem particulares.

No cenário onde a centralização política ganhava força, os coronéis foram aos poucos obrigados a reduzir o controle político e econômico que exerciam. Nesse contexto, a meta de Vargas era acabar com a crise econômica e criar mecanismos

políticos que lhe permitisse governar. Para tanto fechou o Congresso Nacional, as Assembléias, câmaras, e nomeou interventores federais para os estados.

Assim, a questão nacional ocupou um lugar privilegiado no pensamento do povo brasileiro. O ideário Getulista era garantir uma formação que valorizasse o pertencimento a nação, criar uma identidade própria, integrar os cidadãos brasileiros a uma Unidade Federativa.

Nesse contexto a escola serviu como instrumento de sacralização dessa política. Foi através dela que passou a ser disseminado o projeto nacionalista visando que os cidadãos se apropriassem de uma cultura de integração nacional, identidade única e consolidação do poder político central.

Nas primeiras décadas do século XX, o sistema escolar matogrossense de educação primária apresentava aspectos modernos para época, como a criação dos grupos escolares, construção de prédios pelos poderes públicos, novos programas de ensino, nova organização do tempo e dos espaços escolares, entre outros.

A implantação dos grupos escolares em Mato Grosso ocorreu a partir de 1908, mas foi com a Reforma da Instrução Pública de 1910 que os grupos começaram a se diferenciar, segundo Reis (2003) esse novo modelo simbolizou a materialização de renovação pedagógica entendido como condição para a modernização da escola pública e responsável pela formação do cidadão republicano.

Essa proposta de modernização da escola primária em Mato Grosso seguiu modelos de outros estados como o de São Paulo, tendo em vista que entre os primeiros professores a lecionarem estavam os professores paulistas Leowigildo Martins de Mello, Gustavo Kuhlmann e Waldomiro de Oliveira Campos considerados professores mais qualificados no ponto de vista dirigentes do Estado.

A educação primária em Mato Grosso também ganhou um novo olhar ao que se refere a expansão da oferta/vagas, assim como novas práticas instituídas, as comemorações cívicas e as festas escolares.

É interessante observar a execução do projeto de modernização do ensino primário em outros contextos. A exemplo de São Paulo, segundo Souza (2006) :

Dos templos de civilização à escola básica consiste, pois em uma hipótese de interpretação da cultura escolar no estado de São Paulo. A escola concebida como templos de civilização pressupunha amplas finalidades, um projeto cultural enriquecido e fundamentado na valorização da cultura patrimonial, a distinção e exclusão sociais, em práticas simbólicas enraizadas na construção de identidades e no cultivo de valores cívicos e morais. A escola básica, por outro lado,

modesta em seus propósitos, empobrecida materialmente e no seu conteúdo, rendeu-se a razão técnico-instrumental. Tornou-se uma escola de ensino e aprendizagem dos saberes elementares (p. 8).

A autora ainda ressalta alguns elementos da cultura escolar que emergiram com a moderna escola primária como:

O ensino simultâneo, o agrupamento em classes, a racionalidade administrativa e pedagógica com base na divisão do trabalho, a ordenação disciplinar do currículo, práticas de ensino designadas como tradicionais, o discurso prescritivo da renovação pedagógica como fator de modernização educacional.

O ensino primário compreendido no contexto da modernização imprimiu mudanças significativas na cultura escolar paulista. Essas mudanças provocaram uma nova construção de tempo escolar, espaços, pedagogias, arquiteturas e valores. Porém, segundo Souza (2006), os ganhos políticos da democratização da escola pública têm sido sistematicamente obscurecidos pela pouca capacidade dessa escola realizar sua função primordial de facilitadora da cultura. A autora ainda ressalta que avaliações contemporâneas reforçam esse desencantamento que assola a escola fundamental, e ainda cita uma frase de Sampaio (1998) que caracteriza a escola como “envelhecida, seca e indiferente”.

Conforme Souza (2006) a escola primária paulista moderna também se evidencia nas transformações da escola unitária, na lenta configuração do ensino simultâneo e na passagem da escola de primeiras letras para a escola graduada. O programa enciclopédico, fragmentado em disciplinas, foi um entrave para modernização pedagógica na visão da autora, a medida que não facilitou a adoção dos novos métodos de ensino, incorporando elementos da tradição escolar prevaletentes nos séculos anteriores.

Em se tratando do processo de expansão da escola pública primária concebida como elemento constitutivo da implantação da escola moderna em São Paulo, os estudos de Souza (2006) demonstram que essa expansão foi contínua, porém aquém das necessidades da população em idade escolar e se caracterizou pela diversidade de escolas e ao atendimento aos diferentes grupos sociais. A intenção da autora foi problematizar a precariedade da escola primária considerando tanto os grupos escolares “templos da república”, quanto a escola reunida de baixo custo e a carente escola isolada da zona rural, são esses os contextos que premiam a cultura escolar paulista.

A vinculação entre a escola primária e a construção da nacionalidade é outro elemento interessante de análise no contexto paulista que depois disseminou para outros centros urbanos. Foi um conjunto de práticas constituídas de valores cívico-patrióticos ativas na escola que foram acentuadas no Estado Novo. Várias campanhas se destacaram como mobilização do magistério primário no culto a imagem de Getúlio Vargas, ao Pavilhão Nacional, semana da pátria, bandeira nacional. Esses aspectos fizeram parte da cultura escolar paulista e de outros estados por longos anos.

O ensino primário paulista no século XX se consolidou através da nova roupagem organizacional – escola graduada, compensação de melhores salários no magistério, a arquitetura temporal, tempos e espaços escolares renovados, mas em relação aos métodos de ensino, a exemplo, o intuitivo, que foi símbolo de modernização pedagógica não chegou a enraizar-se nas práticas cotidianas. O que evidenciou-se foi o apelo à memorização, lições repetitivas, entre outros. Tudo indica que a falta de material didático adequados justificava esse desafio com o novo método, mas as crenças e concepções internalizadas de contexto anteriores também foram motivos de entrave.

A trajetória do ensino público primário paulista mereceu destaque pelo fato de ter influenciado na construção de outras culturas escolares. Vários estados internalizaram entre discursos e práticas que de certa forma foram se adequando dentro de cada realidade regional.

Por esse motivo é importante destacar os sistemas de ensino primário que circularam nesse período de constituição da escola moderna e compreender a inserção de Mato Grosso nesse cenário educacional.

Para isso, outro estudo bastante relevante no sentido de compreender a trajetória da escola primária é o trabalho de Luciano Mendes Faria Filho acerca da cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. A proposta dessa pesquisa tem como foco a educação primária na cidade de Belo Horizonte e constitui-se em uma importante reflexão sobre o início da República enquanto motivo de transformações na educação brasileira e, especificamente mineira.

Utilizando-se do conceito de representações de Chartier, Faria Filho reconstrói a trajetória da organização da escola primária em Belo Horizonte e os diversos sujeitos implicados na educação. Deste modo, a organização da escola primária de Belo Horizonte é percebida pelo autor em suas relações com a organização da capital mineira, bem como, a construção dos grupos escolares sofisticados contrapondo-se com

as precárias instalações das escolas isoladas, o que o autor chama de palácios e pardieiros.

Segundo Faria Filho (2000) a criação dos grupos escolares era defendida não apenas para organizar o ensino, mas como forma de reinventar a escola, com o objetivo de tornar mais efetiva a sua contribuição aos projetos de homogeneização cultural e política da sociedade em consonância com o projeto republicano de modernização contrapondo com as escolas isoladas que inviabilizavam esse projeto.

Em outra pesquisa de Faria Filho em conjunto com Vidal (2000) sobre tempos e espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária deixam claro que, como plurais, espaços e tempos fazem parte da ordem social e escolar. E mais:

Sendo assim, são sempre pessoais e institucionais, individuais e coletivas, e a busca de delimitá-los, materializando-os em quadros de anos/séries, horários, relógios, campainhas, ou salas específica, pátios, carteiras individuais ou duplas, deve ser compreendida como um movimento que teve ou propôs múltiplas trajetórias de institucionalização da escola. Daí entre outros aspectos, a sua força educativa e sua centralidade no aparato escolar. (FARIA FILHO; VIDAL, 2000)

Esses apontamentos de Faria Filho e Vidal são interessantes quando reportamos a Mato Grosso e percebemos como os espaços escolares serviram como instrumento para projetar os ideais republicanos, a política de homogeneização, a tentativa de impor uma sociedade vislumbrada com a modernidade, porém, se via permeada de diferenças territoriais, sociais, culturais e políticas que travavam a realização desse projeto “inovador”.

E também vale lembrar que olhar o objeto de pesquisa, as fontes, os discursos e as práticas como representação de uma determinada trajetória histórica é importante para compreender ao mais variados contextos que constitui uma ou mais versões da história.

A cultura escolar é objeto de pesquisa de Marijane Silveira da Silva que desenvolveu um estudo acerca da memória da cultura escolar em Mato Grosso nas escolas da região sul do estado (1930-1970). Tem como objetivo resgatar e sistematizar aspectos da memória da cultura escolar matogrossense mediante investigação de fontes relacionadas às práticas escolares pertinentes ao ensino primário.

Este estudo está ancorado na História cultural e o recorte prioriza os dados das primeiras escolas de alguns municípios do sul do estado (Rondonópolis, Guiratinga e Poxoréu), apresentando elementos da cultura escolar presentes nas escolas mais antigas dessa região.

A partir dessa pesquisa foi possível localizar algumas escolas que fizeram parte da construção da história educacional do sul do estado, sendo elas: Grupo escolar Cel. Julio Muller em Guiratinga, Grupo escolar Cel. Julio Muller em Poxoréu e Grupo escolar Major Otavio Pitaluga em Rondonópolis.

As fontes visitadas foram: diários de classe, cartilhas, livro de ata de professores, registro de notas, ponto de funcionários, livros posse, matrículas, livro de chamada diária, material escolar, entre outros.

Conforme Silva (2008) era freqüente nas escolas da região sul do estado a presença de professores leigos, iniciando carreira e assumindo a responsabilidade de ministrar as aulas sem o mínimo de estrutura adequada, imobiliários e materiais didáticos precários, sem orientação pedagógica etc.

O Grupo escolar Joaquim Murinho, em Campo Grande, sul do estado também faz parte do contexto histórico educacional da região. Regina Oliveira e Arlene Gonçalves (2010) fizeram um artigo referente a educação primária em Mato Grosso, com foco no grupo escolar Joaquim Murinho (1910-1950).

O artigo das referidas autoras analisa a constituição da escola graduada no ensino público matogrossense destacando sua consolidação no sul do estado (atual mato grosso do sul).

Conforme Oliveira e Gonçalves (2011), a implantação de grupos escolares nessa região ocorreu vagarosamente. Até a década de 1930 havia seis grupos escolares na região sul do estado. Sendo eles: Luiz Albuquerque (Corumbá, Caetano Pinto (Miranda), Antonio Correa (Aquidauana), Joaquim Murinho (Campo Grande), Affonso Penna (Tres Lagoas), Mendes Gonçalves (Ponta Porã).

O grupo escolar Joaquim Murinho começou a funcionar em 1922, em casa alugada pela Câmara Municipal e até 1925 não possuía prédio próprio, e a instalação não era adequada para funcionamento de um grupo escolar segundo relatos registrados em Relatório do diretor escolar para Diretor Geral da Instrução em 1923.

No ano de 1926 foi inaugurado o prédio construído para o grupo escolar Joaquim Murinho, porém, segundo (REIS; Sá, 2006, p. 78), apesar de ter sido construído com base no modelo dos grupos escolares da capital, diferenciava-se destes pela composição da sua fachada e por não apresentar a mesma suntuosidade do Palácio da Instrução de Cuiabá.

Conforme as pesquisas citadas desenvolvidas na região sul do estado, a implantação dos grupos escolares deu indícios de ter acompanhado o desenvolvimento

urbano e populacional, mas mostrou-se insuficiente para atender a demanda do ensino primário.

O grupo escolar Joaquim Murtinho, modelo de progresso e modernização do ensino público primário na época, apesar de responsável pela educação de uma parcela da população campo-grandense, não teve sua importância reconhecida, na medida em que o seu prédio foi demolido na década de 1970, não restando assim, qualquer traço daquele que um dia foi símbolo de progresso e modernização (OLIVEIRA; GONÇALVES, 2011, p.109).

Cada pesquisa citada nos permite compreender que o ensino primário foi um instrumento importante de disseminação de ideários políticos e sociais, e que sem esse instrumento, seria um desafio para os agentes históricos efetivarem ou não a sua visão de mundo e de sociedade. Observa-se que tanto o projeto republicano, quanto a política do Estado Novo utilizaram do espaço escolar para divulgarem seus projetos.

A trajetória do ensino primário no Brasil, sem dúvida, serviu mais do que uma organização educacional. Foi além. Foi um espaço de circulação de saberes, culturas, circulação de interesses e pretensões das mais diversas. E pode-se dizer, mediante o diálogo estabelecido com as pesquisas em educação realizadas em São Paulo, Minas, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso que tiveram trajetórias parecidas e muitas vezes influenciadas pelo trânsito de idéias e práticas articuladas entre os estados, porém, preservaram as características locais, seus costumes e seus valores e isso faz a diferença na preservação da memória dos sujeitos que constrói a história.

### **Grupo escolar Leônidas de Matos: suas memórias**

O grupo escolar Leônidas de Matos foi criado em 1932, através do Decreto nº 192 de 23 de setembro e foi inaugurado em 3 de novembro, num contexto de desmantelamento das oligarquias regionais.

Se consolidar num contexto que configurava a luta entre o tradicional e moderno era o grande desafio do novo projeto educacional que iniciou com modelo político republicano e se fortaleceu com a política do estado novo.

Essa nova organização escolar foi se moldando em vários estados, como já vimos, às novas condições político-econômicas para atender aos anseios do Estado.

A inauguração do grupo escolar Leônidas de Matos marcou o processo de substituição das Escolas Reunidas para a escola graduada. Mas pode-se observar que os

discursos dos dirigentes de estado e da educação se diferenciavam da realidade da escola.

Conforme mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso, Annibal Toledo:

O ensino é um dos serviços públicos mais eficientes do nosso estado. Iniciada em 1910 a adoção dos métodos pedagógicos modernos com a introdução de professores paulistas, a semente se desenvolveu nesta capital, como um terreno fértil, e propagou pelas cidades principais em grupos escolares que vão apresentando resultados compensadores do esforço e dos encargos que impõem ao Tesouro. (MATO GROSSO, Mensagem...1930)

Essa era a representação do ensino inovador no ponto de vista dos governantes presentes nos discursos, porém na prática:

Reparar em grande parte ou mesmo totalmente, o telhado do edifício, tomando inúmeras goteiras, muito prejudiciais às paredes do mesmo; 2) reparar as paredes externas e fazer uma limpeza geral nas internas; 3) melhorar as cinco privadas, aumentando-lhes as paredes, para que elas fiquem indevassáveis, pois, como estão, muito comprometem a moralidade exigível especialmente nos estabelecimentos de educação, a construção dessas privadas não satisfaz às exigências da Saúde Pública, devido ao cheiro desagradável que se nota diariamente, causando má impressão aos que entram neste estabelecimento; 4) traçar o piso em três salas de aula, pois, acha-se completamente estragado; 5) abrir um poço no quintal deste Grupo Escolar, com parede de alvenaria, tampa, bocal e bomba para tiragem, pois não se pode manter higiene num estabelecimento, com privadas mal construídas. (MATO GRSSO, Relatório,1943, p. 13)

Esse era o estado que se encontrava as instalações do grupo escolar Leônidas de Matos em 1943. Distante do discurso anterior.

Em relação a matrícula, percebe-se que havia mais ofertas de vagas do que matrículas efetivadas. Inclusive foi uma preocupação pelo fato de que em 1943 o grupo escolar já não conseguia completar as 8 classes como determinava a legislação, podendo até mesmo voltar a categoria de escolas reunidas. Mas a Diretoria da Instrução Pública tinha a sua explicação:

A população de leverger, é numerosa e só com medidas enérgicas e repressivas se poderá conseguir elevar a matrícula no Grupo Escolar Leônidas de Matos. [...]. O estado sanitário foi sofrível. População pobre, a infância de Leverger, como a de muitos outros municípios do Estado é doentia, mal alimentada, na sua grande maioria atacada de verminose. (MATO GROSSO, Relatório,1943, p. 14)

Sobre o público que era assistido pelo grupo escolar, pode-se observar conforme livro de registro de 1949 que era um público plural, onde constata-se as profissões dos pais e através desses dados temos indícios de como era formada essa

clientela. Sendo famílias oriundas de: criadores, coletores federais, comerciantes, lavradores, oleiros, caixeiros, motoristas, marceneiros, agenciadores, chauffeurs, sapateiros, cabos de ranchos, pedreiro, fazendeiros, mecânicos, foguistas, militares, redeiros, maquinistas. A maioria deles atestava ter o ensino primário, sendo que um bom número era de analfabetos, e, poucos tinham o ensino secundário. As profissões mais recorrentes foram de lavrador e criador, constando em todas as séries do ensino primário.

Fica a hipótese de que por ser o público de lavradores e criadores os mais citados nos registros nos leva a entender que a possibilidade dos filhos acompanharem os pais no trabalho servia também de entrave para a continuidade na escola.

Em relação a metodologia de ensino fica outra vez o conflito entre o discurso e a prática. Os Regulamentos de 1910, 1927 e 1943 enfatizam a aplicação do método intuitivo, considerando como método moderno e inovador, procurando levar o aluno a desenvolver análises, conduzir a aprendizagem segundo a capacidade de cada um. Porém, não é o que se constata nos relatos dos alunos do grupo escolar Leônidas de Matos que evidenciam a prática da memorização e repetição enquanto método de ensino:

Eu lembro de quando eu estudava, a gente era muito feliz na escola porque a professora passava o ponto pra nós. Hoje em dia não estudam mais ponto. [...] Passava o ponto e na hora que chegava tinha que saber o ponto. Chegava, a primeira coisa que a professora fazia era tomar o ponto, quem não sabia já ficava de castigo pra estudar. Era ponto, tabuada, isso era todos os dias, tinha que ir com o ponto na língua, bem sabido (ALVES, depoimento, 2004).

[...] o professor passava por exemplo amanhã eu quero aqui a aritmética de 1 a 5 na ponta da língua, amanhã quando o professor chegava botava todos os alunos aí, quatro vezes dois, em diante. Ai aquele que não responderam recebiam palmatória e passavam bolo (palmatória) em cada um (PEDROSO, depoimento, 2004).

Como em outros estados, Mato Grosso parece ter vivido momentos históricos semelhantes. Teve palácios e pardieiros e templos de civilização, como bem caracterizou Souza e Faria Filho.

Outra memória importante a ressaltar que foi marcante no ensino primário e representação dos grupos escolares são as manifestações de nacionalidade no cotidiano escolar. Essa prática foi um instrumento a ser utilizado para auxiliar na construção do projeto civilizador. Próprio da política do Estado Novo.

Dominique Julia (2001), por outro lado, afirma que não se trata de ver na escola apenas o meio inventado pela burguesia, de adestrar e normalizar o povo. Foi com este espírito

que passamos a observar a presença subterrânea de aspirações de ensino da cultura popular. Nossas intenções caminham em busca de rastros da cultura popular que possam desvendar, por exemplo, os sinais de sua existência enquanto elementos constitutivos da heterogênea e contraditória elaboração dos sistemas culturais e educacionais.

No caso da formação do cidadão através da educação, há todo um cenário de ritualizações, de simbologias e de representações sociais que permitem criar valores que enraízam no sujeito de tal maneira que acabam por transformar esses valores em cultura escolar, e por se tornar cultura, transformam também em registros. Estes modos de registros constituem-se como material de estudo que propõe dar maior visibilidade e aprofundar a compreensão dessas práticas culturais, que são cotidianas no contexto em que se inscrevem e, por isso, históricas.

Para Chartier (1990, p. 16-17), “A história cultural, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler”. O saber cotidiano é uma categoria objetiva, tendo em vista que ele pertence a uma época, a um estrato social e a uma integração social.

Bertolini (2000), afirma que o ritual cívico sempre foi muito bem planejado pelas autoridades e pelos educadores. As festividades, solenidades do culto à bandeira, as que se referiam ao hino nacional e grandes espetáculos patrióticos, foram incorporados por professores e pelos próprios alunos.

A exemplo disso cito uma ata de 1939, que registrou um evento comemorativo do cinquentenário da proclamação da República Brasileira, realizada no Grupo Escolar Leônidas de Matos, organizado pelas autoridades locais. Para esta festividade foi montado uma programação de caráter cívico e patriótico, respeitando o Art. 161 do Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso do ano de 1927: “respeito aos feriados nacionais e estaduais; além disso, e de modo todo especial, examinar; o ensino vernáculo; e o ensino da História pátria e Educação Cívica”.

Houve todo um ritual, a festividade começou do lado de fora do Grupo Escolar, onde estavam presentes várias autoridades, a comunidade escolar e parte da sociedade Levergense. Depois de alguns discursos, todos foram recolhidos para o interior do estabelecimento dando início a sessão solene. O primeiro a discursar foi o Juiz de Direito Hélio Ferreira de Vasconcellos, discorreu sobre “o histórico da vida política do

Brasil, concitando a infância escolar, a amar a pátria, tendo como exemplo a conduta dos nossos grandes homens”.

Em seguida falou o Prefeito do município Sebastião de Oliveira, “justificando numa sublime e aplaudida oração os justos motivos que o levaram a denominar diversas ruas e praças desta cidade, com o nome dos fundadores da República”; foram citados nesse discurso, os nomes do Marechal Manoel Deodoro da Fonseca e Marechal Floriano Peixoto como homens de inteligência e benemerência pelo qual seus nomes “devem perpetuar não só nos corações de todos os brasileiros, como nas placas em que a infância possa ler e se recordar com veneração dos seus feitos em prol da grandeza da nossa querida pátria”.

Durante o Estado Novo, a semana da pátria passa a ser comemorada com muito entusiasmo e profundo sentimento patriótico. Era um momento de intensa atividade cultural e cívica, onde eram envolvidos a escola, os políticos e toda a sociedade levergense. A ex-aluna do Grupo Escolar Leônidas de Matos, Sr<sup>a</sup> Deolinda Alves, 70 anos de idade, relembrou como era a organização das atividades cívicas:

Eu me lembro muito, muito pouco. 7 de Setembro a gente fazia poesia, cada um já tinha que fazer a poesia. O aluno que fazia. Ficava o professor lá na frente sentado na mesa, tudo escrito fulano de tal, vai apresentar tal coisa. Eu lembro de uma poesia que eu fiz, era da pátria “Tu és a pátria querida” [não se recorda mais]. (ALVES, depoimento., 2004)

O discurso desse período conclamava a escola para a campanha pela unidade da pátria, conforme podemos observar na fala do sr. Benedito Pedroso, popularmente conhecido como seu Doca, quando perguntei a ele se a escola fazia alguma atividade especial nas datas comemorativas, ele disse:

Fazia comemorações fantásticas, como no dia da Independência saíamos pra rua, desfile, bandeiras, com tudo, coisas que eu não vejo hoje, aquele tempo acontecia o nacionalismo, como eu falei pra vocês, era verdadeiro, o espírito da criança, qualquer criança que você conversasse, falava eu sou brasileiro, batia no peito. Hoje, ninguém fala no Brasil, era diferente a mentalidade da juventude antiga com a de hoje, se tinha orgulho da sua pátria, hoje ele nem fala na pátria. (PEDROSO, depoimento, 2003)

Sem dúvida nesse processo de construção da nacionalidade, a educação teve um papel fundamental. Os sentimentos de pátria, nação, não existiram sem a difusão da escola pública, elemento básico para a construção da “identidade nacional”. Foi através da educação que se conseguiu obter a adesão da população aos projetos políticos das elites dirigentes de cada país.

A escola foi espaço privilegiado de difusão da história oficial, isto é, o uso da memória seletiva e da criação de mitos e, dessa maneira, ajudou a cristalizar e reforçar a identidade e o sentimento nacional difundidos no Estado Novo.

### **Considerações finais**

As memórias do grupo escolar Leônidas de Matos nos mostram que o ensino primário em Mato grosso e particularmente em Santo Antonio de Leverger durante as primeiras décadas do sec. XX, e especialmente, no Estado Novo, buscou criar condições para consolidar o projeto de modernização da escola e de um ensino mais inovador.

Aconteceram mudanças significativas apresentadas nas Regulamentações, na contratação de professores habilitados, implantação da escola Normal em Cuiabá, expansão da oferta de ensino, na construção de grupos escolares com arquiteturas sofisticadas para época e o modelo de escola graduada, bem como, a tentativa da aplicação do método intuitivo considerado inovador.

Tanto em Mato Grosso como em outros Estados percebe-se uma educação construída por representações plurais, heterogêneas, conflitantes entre discursos e práticas.

O grupo escolar Leônidas de Matos deixou a memória de um ensino contemplado por múltiplos olhares. Vimos que do ponto de vista dos dirigentes, o ensino era inovador, moderno e atendia os interesses das comunidades. Do ponto de vista de quem vivenciava a rotina da escola, como o diretor escolar, funcionários e os alunos, os discursos eram diplomáticos e as fragilidades serviram de entrave para tão sonhada educação de qualidade para todos. Fragilidades essas representadas por comunidades muito carentes, além da própria escola não oferecer instalações adequadas e muitas vezes não garantir materiais pedagógicos necessários. Mas não tem como negar que houve mudanças e permanências. Porém, longe de ter sido moderno e inovador o suficiente para transformar a própria educação e a sociedade.

## **Referencias bibliográficas**

ALEIXO. L. H. G., CASTRO. I. M. Memória da Indústria de Mato Grosso. Cuiabá: FIEMT/IEL, UFMT – Depto. de História, 1987.

BERTOLINI, Carlos Américo. Encenações Patrióticas: a educação e o civismo a serviço do Estado Novo (1937-1945). Dissertação (Mestrado) Programa de Pós Graduação em Educação, UFMT, Cuiabá, 2000.

CHARTIER, Roger. História Cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CAVALCANTE, Else D; COSTA, Maurim Rodrigues. Mato Grosso e sua História. Cuiabá: Edição dos autores, 1999.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Dos Pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo: UPF, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. In: revista Brasileira de Educação, Nº 14, p. 19-34, mai/jun/jul/ago, 2000.

JULIA. Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Tradução Gizele de Souza, In: Revista Brasileira de Educação, nº 1, p. 9-43, jan/jun, 2001.

OLIVEIRA, Regina Tereza C. de; Gonçalves, Arlene da Silva. Os grupos escolares no contexto da política educacional matogrossense: o grupo escolar Joaquim Murtinho em Campo Grande, sul do estado (1910-1950). In: Revista do Programa de pós-Graduação em educação, Campo Grande, MS, V. 16, nº 31, p. 59-84, jan/jul. 2000.

SILVA, Marijane Silveira da. Memória da cultura escolar matogrossense: ensino primário, práticas de leitura e de escrita em grupos escolares, escolas reunidas e isoladas (1910-1970). Cuiabá, FAPEMAT, 2008.

REIS, Rosinete MARIA DOS. Palácios da Instrução: institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso (1910-1927). Dissertação (mestrado), Programa de Pós-graduação em educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2003.

## **Fontes documentais**

### **Regulamentos**

MATO GROSSO. Diretoria da Instrução Pública. Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso de 1910. (Decreto nº 265 de 22 de outubro de 1910).

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso de 1927. (Decreto nº 759 de 22 de abril de 1927).

### **Relatório**

MATO GROSSO. Diretoria da Instrução Pública. Relatório apresentado ao Diretor Geral da Instrução Pública do estado de Mato Grosso pelo Diretor da Escola Reunida de Santo Antonio do Rio Abaixo, 1930.

\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_. Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública di estado de Mato Grosso, apresentado ao secretário de estado – 1943.

### **Depoimentos**

ALVES, D. R: **Entrevistada: Deolinda Rodrigues Alves.** [fevereiro, 2004]. Entrevistadores: Emilene Fontes de Oliveira Xavier e colaboradoras: Nilza L. dos Santos e Rosinete M. dos Reis. Santo Antônio de Leverger – MT: 05/02/2004. 01 fita cassete (60 minutos, 3 3/4 pps, digital. Entrevista concedida ao Projeto História Oral da Educação mato – grossense (1920-1950) do grupo de pesquisa de História da Educação. IE/UFMT sala 63.

PEDROSO, B. **Entrevistado: Benedito Pedroso.** [dezembro de 2003]. Entrevistador: Emilene Fontes de Oliveira Xavier e colaboradoras: Nilza L. dos Santos e Rosinete M. dos Reis. Santo Antônio de Leverger – MT: 23/12/2003. 01 fita cassete (60 minutos), 33/4 pps, digital. Entrevista concedida ao Projeto História Oral da Educação mato – grossense (1920-1950) do Grupo de Pesquisa de História da Educação. IE/UFMT sala 63.